



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS- ICSA
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

RODRIGO LOPES DE ARAUJO

**DIFUSÃO E ACESSO EM LOCAIS DE MEMÓRIA DA CIDADE DE
BELÉM:** um estudo sobre os registros documentais da Cabanagem.

Belém/PA
2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

RODRIGO LOPES DE ARAUJO

**DIFUSÃO E ACESSO EM LOCAIS DE MEMÓRIA DA CIDADE DE
BELÉM:** um estudo sobre os registros documentais da Cabanagem.

Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia do curso de Arquivologia da pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a. Dra. Iane Maria da Silva Batista

Belém/PA
2018

RODRIGO LOPES DE ARAUJO

DIFUSÃO E ACESSO EM LOCAIS DE MEMÓRIA DA CIDADE DE BELÉM: um estudo sobre os registros documentais da Cabanagem.

Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a. Dra. Iane Maria da Silva Batista

Belém-PA, 19 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a). Dr^a. Iane Maria da Silva Batista
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof. (a). Ms. Gilberto Gomes Cândido
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof. (a). Ms. Leonardo da Silva Torii
Universidade Federal do Pará - UFPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Araujo, Rodrigo Lopes de.

DIFUSÃO E ACESSO EM LOCAIS DE MEMÓRIA DA CIDADE DE BELÉM: um estudo sobre os registros documentais da Cabanagem. / Rodrigo Lopes de Araujo. — 2018.

39 f.: 30 cm.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Iane Maria da Silva Batista

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Arquivologia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

1. Cabanagem. 2. Acesso. 3. Difusão. 4. Memória. 5. Arquivologia. I. Título.

CDD 651.5

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, em especial a minha mãe Heleodora Lopes de Araujo e ao meu pai Agostinho Teles de Araujo que sempre me proporcionaram a oportunidade e o apoio financeiro para que o tão sonhado dia da formatura chegasse.

Ao curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará, ao qual, iniciei a graduação com dúvidas se era o que eu realmente queria e hoje estou preste a realizar a defesa do meu Trabalho de Conclusão de Curso e me tornar um profissional Arquivista.

A minha estimada orientadora Prof^a. Dra. Iane Maria da Silva Batista, por seu tempo e dedicação voltados a me direcionar na produção deste trabalho, e por todo conhecimento adquirido em sala de aula.

A Bibliotecária e servidora do Arquivo Central- UFPA Rísia Conceição Silva Lira, por seus conselhos e orientações nos momentos difíceis da minha pesquisa.

A Universidade Federal do Pará e seu corpo de funcionários que de alguma forma me disponibilizaram espaço e tempo para cumprir as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As Instituições IHGP, APEP, FCP e CMA que abriram as portas para a minha pessoa e disponibilizaram servidores, bolsistas e voluntários, que me auxiliaram no conhecimento do local e com as informações pertinentes a minha pesquisa.

Agradeço também aos meus amigos de turma, pelas horas de dedicação e companheirismo.

MUITO OBRIGADO!

LISTA DE SIGLAS

ALEPA	Assembleia Legislativa do Pará.
APEP	Arquivo Público do Estado do Pará.
BPAV	Biblioteca Pública Arthur Vianna.
CMA	Centro de Memória da Amazônia.
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos.
FCP	Fundação Cultural do Pará.
FUMBEL	Fundação Cultural do Município de Belém.
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico do Pará.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
LAI	Lei de Acesso a Informação.
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado do Pará.
TJE/PA	Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
UFPA	Universidade Federal do Pará.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

RESUMO

Considerando o papel social dos arquivos no que se refere a difusão da informação e produção de conhecimento, esta pesquisa se direciona para a compreensão da formação dos registros documentais da Cabanagem, movimento popular ocorrido no Pará na primeira metade do século XIX, com diversos sentidos e significados políticos, econômicos e sociais. Buscou-se, ainda, identificar as práticas utilizadas pelas instituições arquivísticas custodiadoras de tais registros nos processos de difusão e divulgação desses acervos. A motivação para estudar o tema deve-se à percepção de um relativo desconhecimento da sociedade em relação à Cabanagem. A análise foi realizada com base na produção bibliográfica relacionada à temática da difusão de acervo, além da pesquisa documental a ser realizada em locais previamente selecionados. Os resultados foram bastante satisfatórios por perceber que a maioria das Instituições pesquisadas compreende a importância de promover acesso às informações por elas custodiadas, e verificar que o tema Cabanagem ainda está muito presente nas linhas de pesquisa dessas instituições, onde frequentemente promovem ações que visam difundir cada vez mais essa temática. Espera-se contribuir com a visibilidade das instituições de memória de nossa região, em especial as que mantêm e preservam os registros alusivos à Cabanagem e, ao mesmo tempo, auxiliar os usuários em busca de fontes primárias sobre este movimento.

PALAVRAS-CHAVE: Cabanagem, acesso, difusão, memória, Arquivologia.

ABSTRACT

Considering the social role of archives in information and knowledge production, this paper is directed towards the understanding of the formation of the Cabanagem archive, popular movement in Pará in the first half of the 19th century, with political, economic and social meanings. It was sought, identify the practices used by archival institutions custodians of such records in the processes of such collections. The motivation to study the theme is due to the perception of a relative lack of knowledge of the society regarding Cabanagem. The analysis was based on the bibliographical production related to the diffusion collection, in addition to documentary research to be carried out in previously selected. The results were quite satisfactory in that Most of the institutions surveyed which understand the importance of promoting access to the information they have custody, and verify that the Cabanagem is still very much present in the research lines of these institutions, where they frequently promote actions aimed at disseminating this theme. It is hoped to contribute to the visibility of memory of our region, especially those that maintain and preserve the Cabanagem and, at the same time, assist search for primary sources about this movement.

KEYWORDS: Cabanagem, Access, Diffusion, Memory, Science Archivol.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CABANAGEM: CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA.....	15
3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: OS DOCUMENTOS COMO SUPORTES DE MEMÓRIA.....	19
3.1 O ARQUIVISTA E A DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO.....	20
4. ACERVOS DA CABANAGEM EM ARQUIVOS PERMANENTES EM BELÉM: DIFUSÃO E ACESSO.....	25
4.1 FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ – FCP.....	25
4.2 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DO PARÁ - IHGP.....	28
4.3 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – APEP.....	32
4.4 CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA – CMA.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	39

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade em suas múltiplas dimensões muito se deve as informações e as memórias institucionais e pessoais, repassadas de gerações em gerações, fomentando deste modo as pesquisas e o desenvolvimento. Essa memória pode ter como base alguns meios de propagação, como história oral ou por meio de documentos que são utilizados como provas dos fatos do passado.

O arquivo tem um papel fundamental nesse processo, seja arquivos público, institucionais ou pessoais. Um documento preservado tem diversos usos para a sociedade, para o entendimento de fatos sociais, estudos científicos, a história de uma instituição ou de uma família. O registro desses fatos históricos é de extrema importância para a construção da memória coletiva de uma região.

Sob esta perspectiva, a função arquivística que se pode considerar responsável por esse processo é a avaliação documental, esta garantirá a partir de uma análise do arquivista e outros profissionais da informação o encaminhamento adequado dos documentos de valor histórico para os arquivos permanente, contribuindo deste modo com sua preservação e difusão de suas informações para construção da memória.

Deste modo, o presente trabalho objetivou identificar os locais que guardam registros documentais relativos ao movimento cabano para compreender como esses locais tratam esses documentos e quais são os métodos de difusão dessas informações; realizar um estudo bibliográfico dos principais teóricos arquivistas que tratam a questão da difusão do conhecimento, apresentar um breve histórico do que foi a Cabanagem, suas principais figuras e os motivos que levaram ao levante dos cabanos e os sangrentos conflitos na primeira metade do século XIX.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi o de identificar os documentos referentes a Cabanagem em arquivos no município de Belém-PA; posteriormente identificamos os principais gêneros e espécies documentais, assim como seus métodos de difusão; realizamos uma análise das principais dificuldades e desafios que interferem na prática de difusão dessas informações. Os locais selecionados para a realização do estudo foram o Arquivo Público do Estado do Pará – APEP,¹

¹ Tv. Campos Sales, 273 - Campina, Belém - PA, 66019-050.

Centro de Memória da Amazônia – CMA,² Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP³ e na Fundação Cultural do Estado do Pará – FCP.⁴

A percepção sobre o desconhecimento em relação a Cabanagem entre o público em geral é nítida na região, ignorando-se, de certo modo, um importante momento de lutas e transformações da nossa sociedade, junto a baixa procura do cidadão paraense a instituições de memória. Isso nos leva a fazer uma reflexão que os profissionais da informação têm um papel de grande relevância e muitos desafios ainda a serem explorados e colocados em práticas para uma melhor democratização do conhecimento.

Em 2017, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) destacou o acesso à informação como um direito e ressalta que é um dos princípios que constam na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). O Brasil vem aos poucos tentando enquadrar-se a esse novo momento onde a informação vem se democratizando e se tornando uma exigência da população. Políticas públicas como a implementação de leis, como a Lei dos Arquivos nº 8.159 e a Lei de Acesso a Informação 12.527, busca estabelecer meios que possibilitem aos usuários facilidades no uso de documentos de seu interesse.

Nesse sentido, cabe ao profissional arquivista junto a outros profissionais da informação, estimular políticas de acesso e difusão de informações, desenvolvendo meios de mediação entre o acervo e os usuários. Esses meios de difusão vêm se caracterizando em três principais atividades exercidas pelas instituições, como a difusão editorial, que são publicações que buscam divulgar o conteúdo do arquivo; difusão cultural, marcada por projetos culturais estimulados pela instituição com o intuito fomentar uma relação com a população; e a difusão educativa, que se faz da relação entre instituições e escolas.

Nesse sentido, o trabalho se justifica por contribuir com o pesquisador na busca de fontes primárias para a realização de pesquisas sobre a Cabanagem, buscando promover assim uma maior democratização do conhecimento deste movimento, ajudar a dar visibilidade as instituições de memórias da nossa região, que em sua maioria são desconhecidas pela grande parte da população. Busca divulgar e disseminar os conhecimentos em relação a Arquivologia como ciência e o

² Tv. Rui Barbosa, 491 - Reduto, Belém - PA, 66053-260.

³ Rua Dona Tomázia Perdigão, nº 62 - Cidade Velha, Belém - PA, 66020-070.

⁴ Av. Gentil Bitencourt, 650 - Nazaré, Belém - PA, 66035-340.

profissional. Assim como os fatos sociais ocorridos na região, que por meio dos registros documentais dos mais variados suportes, remontam à história amazônica.

Nessa pesquisa foi usada uma abordagem qualitativa, a qual segundo Oliveira (2008, p. 100) é aquela que “se propõe a estudar relações complexas, sem o isolamento de variáveis buscando, compreender e interpretar o fenômeno em seu contexto natural”. Ela, em sua maior parte é realizada in loco, através de visitas nos locais de coleta de dados, ou seja, é vivenciada pelo pesquisador. Os locais visitados foram: O Arquivo Público do Estado do Pará, o Centro de Memória da Amazônia, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a Fundação Cultural do Estado do Pará. As visitas para coleta de dados aconteceram no período 20 a 30 de novembro de 2018.

O conhecimento dessas instituições também é de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que, sendo mantenedoras de registros documentais da região e do período cabano, desempenham um grande papel na difusão dos conhecimentos históricos locais.

Foi utilizado o método científico com objetivos descritivos e exploratórios, como pesquisa de campo e pesquisa documental, empregando também entrevistas com perguntas abertas. Os dados recolhidos nas visitas às instituições mantenedoras dos acervos e nas pesquisas bibliográfica para o incremento do referencial teórico, foram registrados e analisados para um melhor desenvolvimento do trabalho.

A pesquisa de campo segundo Oliveira (2008, p. 98) “refere-se normalmente a pesquisa descritiva com a coleta de dados em fontes orais, por meio de utilização de entrevistas, formulários e questionários”.

Também, de acordo com Gil (2002, p. 53)

o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias.

Já a pesquisa documental, se caracteriza como uma importante fonte de informação utilizada por quem desenvolve um trabalho e busca fazer suas análises junto a fontes primárias, utilizando-se dos dados coletados em fontes documentais disponibilizadas pelas entidades mantenedoras para comparar e descrever os fatos

a serem analisados. Diferente da pesquisa bibliográfica em que o pesquisador já conta com diversos materiais impressos e análise já construídas por outros autores, na documental as fontes são mais dispersas e sem algum tratamento analítico. Gil (2002. p. 45), reforça esse entendimento de pesquisa bibliográfica e documental quando cita que:

A pesquisa documental assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Vale aqui deixar claro que a pesquisa documental realizada neste trabalho, não pretendeu fazer análise e reflexão sobre os fatos ocorridos na Cabanagem e produzir um novo conhecimento do movimento, mas sim, verificar os tipos documentais que cada instituição consultada guarda em seu acervo.

As principais fontes de informações usadas foram bibliográficas e documental. Na pesquisa bibliográfica o objetivo foi ler e compreender as principais questões que o trabalho propõe. Cabanagem, preservação de documentos e difusão da informação. Foram utilizados livros e artigos científicos, combinando autores clássicos e contemporâneos. A pesquisa documental ocorreu de forma a identificar os principais gêneros documentais (textuais, cartográficos, iconográficos, micrográficos) e espécies documentais (Ata, decretos, ofícios).

Buscou-se dessa forma compreender não só a formação e tratamento da massa documental referente ao movimento da Cabanagem e divulgar como essas informações vêm contribuindo para a formação de conhecimento deste fato social, mas também verificar como as instituições e seus profissionais da informação estão se adaptando a essa nova sociedade da informação e seus meios utilizados para a atividade de difusão e divulgação de seus acervos.

O trabalho então se divide em 4 principais tópicos além desta introdução. O tópico “Cabanagem: Caracterização Histórica” busca de forma resumida apresentar ao leitor o que foi o movimento da Cabanagem, os líderes do movimento, o início da revolta e a suas diferentes interpretações. O tópico que discute os documentos como suporte de memória, tem o objetivo de demonstrar a importância que um documento preservado tem a sociedade, além da atuação do profissional arquivista que desempenha atividades para disponibilizar o documento ao usuário. O tópico

seguinte busca demonstrar como instituições custodiadoras de documentação histórica na cidade de Belém/PA, promovem o acesso e a difusão da documentação alusiva ao movimento cabano. E por último as considerações finais, que sintetizam os resultados dos dados obtidos.

2. CABANAGEM: CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA.

Como o objeto central desse estudo é a Cabanagem e o patrimônio documental referente a ela, cabe aqui fazer um relato do que foi o movimento da Cabanagem, suas diversas interpretações, como, políticas, sociais, raciais, isolamento da região etc. Os governos da província que eram enviados pela Corte e os governos cabanos que governaram a província do Pará por um curto período, os conflitos e as reações do império para conter o movimento. As interpretações desse fato foram estudadas por homens do seu tempo e tem se se ampliado por meio de diversos autores nesses mais de 180 anos de eclosão do movimento.

Os anos que antecederam os conflitos e a tomada da cidade de Belém pelos revoltosos, no dia 6 de janeiro de 1835, foram marcados por intensas disputas políticas e cobranças ao parlamento por reformas constitucionais que oferecessem mais autonomia para as províncias. Já que naquele período, quaisquer aprovações de leis locais dependeriam da aceitação do governo central do império para que se entrasse em vigor. Os debates em praças públicas sobre a reformas de itens constitucionais foram intensos nesse momento, e demonstrava já um grande descontentamento de boa parte da população com a dependência da província ao império, ao ponto de serem reivindicada “eleição para todos os cargos, desde presidente de província até o monarca” (MACHADO, 2016. p. 287).

Contudo, as tímidas reformas aprovadas nos anos de 1832 e 1834 pelo parlamento em relação as propostas de mudanças que se foi feita, acabaram acirrando ainda mais os embates políticos na cidade de Belém e em outras províncias, figuras como Batista Campos (1782-1834) ganha notoriedade, ao começa a ter confrontação de seus adeptos com o presidente da província, Bernardo Lobo de Souza. Batista Campos já militava há algum tempo em prol de uma maior autonomia e liberdade da província paraense, ele defendia a organização do império em federações o que era o desejo de alguns grupos da época que se denominavam liberais.

As articulações políticas, defendidas pelo grupo de Campos, pretendiam lançar nas eleições para os próximos deputados eleições que lhes davam autonomia para modificar qualquer item constitucional. Alinhado com liberais de outras províncias Campos foi até mesmo acusado de incitar a população à tomada do poder. Essas acusações levaram o então presidente da província Lobo de Souza

a solicitar a aprovação de envios de tropas para a prisão de Campos e seus Partidários que estavam reunidos no Acará e eram acusados de estarem organizando uma revolução pela tomada do poder. Machado (2016. p. 290).

Menciona que:

chama a atenção de que no Acará estavam homens como Malcher, os irmãos Vinagres e Angelim, os três presidentes cabanos. As tropas efetivaram prisões e a repressão continuou às vésperas da Cabanagem. Na fuga, Batista Campos acabou falecendo no interior.

Outro fato que influenciou significativamente no movimento da Cabanagem, somado às questões de reformas constitucionais foi o isolamento da província do Pará, o que era frequentemente alertado pelos parlamentares paraenses, de que junto as baixas relações econômicas e pouca comunicação com as demais províncias poderiam estimular os movimentos de revoltosos a alimentar conflitos pela separação política da província.

O isolamento do Pará do restante do império era um fator que vinha sendo discutido desde o vintismo,⁵ não sendo reconhecido apenas pela província paraense, mas também sempre citado por parlamentares maranhense e pernambucanos, que frequentemente recomendavam que a mesma não poderia continuar isolada do império, até mesmo por questão de soberania do território. Os parlamentares paraenses, objetivando suavizar a situação criaram sugestões de medidas que trouxessem uma maior visibilidade da região, assim como, a melhor exploração dos recursos. Propostas como o envio de engenheiros e naturalistas, criação de companhias de navegação a vapor e a elevação da comarca de Rio Negro à província, foram altamente discutidas, mas eram frequentemente deixadas de lado.

Esse cenário de abandono que pairava sobre a província paraense fortalecia os discursos de quem defendia a descentralização administrativa do império e fazia surgir cada vez mais acentuados conflitos na região. Esses acontecimentos, de fatos contribuíram para a revolta da Cabanagem. Machado (2016. p. 299) ressalta esses motivos quando cita que:

⁵ O vintismo se caracteriza como o período de revoluções liberais do séc. XIX. Em Portugal, a revolução liberal do Porto em 1820 que continha a participação do clero, nobreza e população elaborava uma constituição que diminuía o poder da monarquia e exigia o retorno de D. João VI. Esses ideais liberais se espalharam pelas colônias americanas.

Mesmo que no período anterior à Cabanagem não tenham se produzido ações de vulto para diminuir o isolamento do Pará, essa era uma preocupação constante. Nesse sentido, é muito singular que, após várias situações de conflito na província, esse tema voltasse à Câmara e ao Senado e as medidas anteriormente discutidas fossem desengavetadas. Exemplo disso foi que, em 1833, logo após uma revolta no Rio Negro, voltou-se a discutir na Câmara o projeto para transformação dessa comarca em província.

Esses e outros princípios foram fundamentais para a revolta do povo cabano contra os governantes locais da época. Logo após a tomada da cidade de Belém em janeiro de 1835, outro aspecto desse conflito que foi levantado, é o que o motim também se caracterizava como uma guerra aos homens brancos. Esse argumento ganhava sustentação no ponto em que a grande massa dos cabanos era formada por índios e negros escravizados que viam no conflito uma oportunidade de fazerem mudanças nas suas condições sociais. Em seu trabalho, Machado (2016, p. 304) relata uma carta escrita pelo marechal Manuel Jorge Rodrigues 1777–1845, homem escolhido pela regência para governar a província após o assassinato de Lobo de Souza pelos cabanos, ocorrido em 7 de janeiro de 1835, onde ele solicitava:

1.600 homens para retomar a província que, para o presidente, estava nas mãos dos tapuios. As cenas descritas eram de uma Belém entregue a uma carnificina dos brancos, de proprietários e negociantes que haviam fugido apenas com as roupas do corpo. Em tom de alarme, o presidente sugeria que poderia acontecer a união de tapuios e negros, visto o boato de que os cabanos pretendiam promover a libertação dos escravos.

Assim, o movimento da Cabanagem vem se caracterizando ao longo da história como uma revolta com uma causa indefinida, onde os cabanos não lutavam por um único propósito e isso talvez seja um dos motivos de seu fracasso. Desde a tomada da sede da província os três governos cabanos, formados por Felix Malcher, Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, enfrentaram grande resistência e conflitos da massa cabana por conta dos interesses diferentes. Essa disputa interna acabou por enfraquecer o movimento e dar forças ao império e suas forças repressoras que se organizaram para a retomada da província.

Esses diferentes pontos de vista sobre conflito também causaram diferentes interpretações na historiografia sobre o ocorrido que vem sendo pesquisada ao longo dos anos. Ricci (2007, p. 8) indica que para:

Domingos Antonio Raiol, ou o Barão de Guajará, este movimento era sinônimo de motim político. Eram levantes sucessivos que, nascidos nas fileiras “sediciosas” do governo carioca e Imperial pós-1831, migraram rapidamente para as capitais das novas províncias, ateando fogo no que este autor sugestivamente chamou da “relva ressequida” da Amazônia.

Segundo a pesquisadora Magda Ricci (2006, p. 9), o historiador Caio Prado Júnior identificou na Cabanagem uma representação política-marxista. Nesse sentido, ele atribuía aos cabanos “a prerrogativa de terem sido os únicos revolucionários populares e partidários de ideais libertários que conseguiram tomar o poder”.

Ricci (2007, p. 8) também aborda que no decorrer dos anos 1920 outras histórias foram formuladas.

Houve quem o percebesse como uma guerra de Independência tardia, ou mesmo como um movimento nacionalista. Neste contexto, os cabanos deixaram de ser tratados como “malvados” e “sediciosos”, para se tornarem “patriotas”, conceito entendido como cidadãos adeptos da “causa brasileira”.

O movimento cabano desde a tomada da cidade de Belém em 7 de janeiro de 1835, veio a passar por diversas crises de representatividade de seus líderes com o restante da massa, essa crise veio a proporcionar uma transição de três governantes em curto período. Talvez seja esse o maior motivo de a Cabanagem não ter se efetivado de forma mais permanente no poder e ter conseguido implantar importantes transformações sociais em sua época.

Enfim, a Cabanagem foi um movimento que incentivou os povos mais humildes da Amazônia, pregando causas revolucionárias e elegendo líderes para o governo da região que pregavam ideais libertários e patriotismo para o povo que ainda vivia sobre a dominação de governo indicados pela corte. Os cabanos acreditavam que poderiam criar seus próprios percursos, seguindo ideais do que eles consideravam como justo.

3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: OS DOCUMENTOS COMO SUPORTES DE MEMÓRIA.

O ser humano busca manter vivas as suas memórias para repassar a outras gerações ou até mesmo, para suas próprias consultas. Num primeiro momento essa memória era passada de forma oral, por meio da narrativa das lembranças de um indivíduo, não sendo utilizados elementos que pudessem registrar tal lembrança de forma mecânica. Posteriormente com a escrita, fotografia, vídeos e etc. esses suportes passaram a ser considerados como instrumentos de registro da memória.

Para Pierre Nora (1981 apud MENESES, 1992, p. 31):

A memória nas sociedades anteriores à contemporânea era uma memória espontânea, viva, realizada, experiência internalizada. Entretanto ela vai progressivamente se transformando em uma memória que se dá fora das pessoas, fora da experiência. De ambientes de memória passa-se a lugares de memória. Que lugares de memória são esses? São espaços, coisas, pessoas, instituições, cerimônias, símbolos, etc., que condensam memória. Ela não está mais difusa nas pessoas, mas sintetizada em plataformas precisas e limitadas, os lugares de memória.

O arquivo, como instituição custodiadora de uma massa documental produzida e acumulada no curso de atividades administrativa, jurídica e pessoal é um local de memória, no entanto, sem um devido trabalho, essa massa documental não irá cumprir o seu caráter de valor permanente, aquele que servirá para pesquisa e prova. (ROBERT, 1990, p.137) cita que:

os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada”. Como tal, os arquivistas devem contar com o apoio de historiadores “para trabalharem a definição mesma de arquivos como lugar de elaboração e de conservação da memória coletiva.

No entanto, nenhum documento surge com o seu cunho histórico, essa característica é adquirida e passa por um processo de avaliação e seleção de profissionais de arquivos e de outras áreas antes de chegar ao arquivo permanente.

3.1 O ARQUIVISTA E A DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO.

O acesso as informações contidas nos documentos é atualmente a finalidade principal do profissional arquivista. Para isso não basta apenas políticas públicas e um acervo bem organizado, o arquivista deve buscar meios para a democratização dessa informação com a sociedade, pois de nada adianta um arquivo organizado e pouco frequentado.

Nesse sentido, a difusão se torna a função arquivística responsável de ser a ponte entre os acervos arquivísticos e os usuários. Ela é considerada prioritária já que através dela a sociedade conhecerá o patrimônio documental e a memória nacional. Também é por meio da difusão que o arquivo ganha visibilidade e o acervo é conhecido, deixando de ser um local apenas frequentado por pesquisadores mais especializados.

Ao tratar o tema de difusão editorial, cultural e educativa em arquivos, Bellotto (2006) pontua que:

quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-os à sua função informacional administrativa e científica, ele preenche seu lugar por direito e por conquista na comunidade.

O Arquivo Nacional (2005, p. 72) também usa o termo difusão/divulgação como sendo o “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências”.

Também é interessante reconhecer a importância da interdisciplinaridade que o profissional da informação deve buscar em outros campos científicos para um melhor planejamento, organização e difusão dessas informações. Como o auxílio da História, Administração, Biblioteconomia e as ciências que estudam as novas tecnologias e as novas mídias sociais.

Os Arquivos, por muito tempo, mantiveram uma relação tênue e pouco aprofundada com a sociedade e seus usuários. No entanto, a partir do final do século vinte, essas instituições, gradativamente, buscaram dinamizar sua atuação, obtendo uma postura mais proativa na relação arquivo-usuário. Isso se deve a busca de novas técnicas de implantação de novos serviços e a demanda e procura pelos

acervos documentais por diferentes setores da sociedade. Nas primeiras décadas do século XXI:

A era da informação está despertando na Arquivologia a realização de avaliações através de estudos de usuários em arquivos. Essas Investigações têm como objetivo desenvolver estudos de uso e estudos de necessidades da informação, além de estudos da satisfação do usuário que visam auxiliar no planejamento de serviços adequados para atender a demanda dos usuários (HERNANDES, 2012, p. 24)

Estudos de usuários propõem uma indagação contínua sobre as dificuldades, necessidades, comportamento, condutas e opiniões de usuários (potenciais e reais) dos sistemas de informação, nessa pesquisa focados nos arquivos.

Nos últimos anos cita-se a inclusão dos estudos de usuários nos cursos de Arquivologia, analisando a relação e atuação dos usuários nesses acervos, onde o Arquivista deve estar ciente dos métodos ligados ao comportamento informacional do usuário, do modo de ser e agir de uma pessoa ou grupo nas necessidades e difusão das informações.

Outros aspectos importantes para uma eficiente difusão e divulgação das instituições arquivísticas relacionam-se aos conceitos de acessibilidade, transparência, marketing, literacia informacional e mediação.

A acessibilidade é um dos elementos importantes dentro do processo de difusão dos acervos. Para que esse acesso seja garantido é necessária ampla política de acesso a informação, tanto no âmbito legislativo como no trabalho dos arquivistas em criar condições de acesso e recuperação de informação no acervo em sua custódia. No Brasil, a Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, regulamenta esse direito aos cidadãos, porém por vezes esbarra nas dificuldades que os arquivos brasileiros encontram do processo de gestão documental, o que prejudica diretamente na difusão.

Em relação a transparência, com ela o acesso a informação abre caminho para que os cidadãos possam acompanhar com mais facilidade a gestão pública, definindo atribuições e garantias para que as informações governamentais estejam disponíveis a sociedade.

No aspecto do Marketing aplicado a serviços e produtos de informação, o mesmo está ligado a uma visão mais mercadológica de “atração” do usuário para os arquivos, promovendo uma relação entre produto-cliente. É executado dentro de um

processo de análise do mercado global, macroambiente, microambiente e o ambiente organizacional. A aplicação do Marketing, também contribui no processo de transformação do profissional arquivista, fugindo de sua perspectiva tradicional voltada para o tratamento e disponibilização de documentos históricos, como reforça Rockembach:

O ensino da Arquivologia de uma perspectiva tradicional, percebe que está voltada principalmente para o tratamento e uso dos arquivos históricos, fazendo com que a instituição valorize pouco a ação do arquivista nas demais fases do ciclo de vida dos documentos. Por isto propõe um programa de marketing voltado às atividades de promoção, no sentido de mostrar os benefícios do uso da informação dos arquivos na prática administrativa de planejamento e tomada de decisões (ROCKEMBACH, 2015, p. 108).

Sobre a literacia informacional, esta significava a capacidade para ler, escrever, usar a linguagem e comunicar. Mas esse conceito aprofundou-se, como diz a definição da UNESCO (2009):

Literacia é a capacidade para identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e usar as novas tecnologias, de acordo com os diversos contextos. A literacia envolve um processo contínuo de aprendizagem que capacita o indivíduo a alcançar os seus objetivos, a desenvolver os seus potenciais e o seu conhecimento, de modo a poder participar de forma completa na sociedade.

A literacia informacional busca avaliar a capacidade do usuário diante dos sistemas de informação, diminuindo assim a distância entre usuários e acervos. Uma educação baseada no uso dos recursos informacionais tem relevância na informação sobre as fontes utilizadas, assim como a relação das atividades educacionais, disseminação e difusão da informação.

E sobre a mediação, a mesma está presente não somente na disponibilização da informação para o usuário, mas também nas atividades desenvolvidas pelo profissional da informação. No que concerne aos arquivistas, Lousada, Almeida Júnior e Valentim (2011, p. 249) afirmam que:

A questão relacionada ao acesso, apropriação e uso envolve a mediação do profissional arquivista, tema que ainda é pouco discutido no âmbito da Arquivologia. No entanto, esse cenário vem se modificando e vem ganhando destaque e reconhecimento quanto a sua importância, uma vez que até então não se levava em

consideração o usuário. Contudo, atualmente há a preocupação de disponibilizar informações a fim de atendê-los de forma eficiente.

O papel do arquivista-mediador está atrelado à mediação custodial e pós-custodial. O custodial se refere a ser intermediário entre acervo de bibliotecas, arquivos e usuários que não se atenta para o perfil de quem faz uso da informação e as tecnologias disponíveis e suas respectivas atualizações e inovações. A Mediação pós-custodial exige, conhecimentos e habilidades mais específicas para tratar a informação como o uso de mídias: blogs, websites, rede sociais, wikis e sites de compartilhamento. O surgimento de novas tecnologias levou a novas formas de produção documental, bem como seu acesso e uso.

Em relação a utilização dessas novas tecnologias, chamada muitas vezes de web 2.0, pelas instituições públicas em Arquivo no Brasil, objetivando a divulgação e interação com o usuário, a bibliografia arquivística sobre o tema necessita de maior aprofundamento. Mariz (2012), Archer e Cianconi (2010) e Oliveira (2011) foram algumas das poucas a realizarem pesquisas e mapeamento buscando identificar o potencial dessas mídias nos arquivos públicos, localizando déficit de uso das tecnologias, com as regiões sul e sudeste mostrando maior utilização, e o resto do país com consideráveis deficiências.

Observa-se que a arquivística pós-custodial vem a fortalecer o propósito de o profissional arquivista e as instituições arquivísticas servirem não apenas ao Estado e a administração. Agora, a questão da cidadania exige não apenas do Estado, como dos novos profissionais da informação novas perspectivas voltadas ao cidadão.

No Brasil, o que se observa sobre as novas políticas de difusão da informação, é que iniciativas governamentais e embasamento legal existem, porém geralmente são desconhecidas pela maior parte da população. O desconhecimento das instituições arquivísticas e a baixa atuação de profissionais propriamente da área vem a fortalecer esse baixo entendimento da população sobre os arquivos, seus acervos documentais e conseqüentemente da cultura e memória nacional.

Um maior reconhecimento da atuação de profissionais arquivistas junto de maiores investimentos institucionais, deve contribuir significativamente para uma melhor política de arquivo nas instituições, fazendo um processo de gestão documental desde a origem dos documentos. A atuação de profissionais realmente

comprometidos e atentos com as novas propostas voltadas a sociedade também deve ser uma pratica utilizadas, pois o que ainda se observa em grande maioria dos arquivos brasileiros ainda é a atuação de velhos profissionais que não buscam se atualizar e que acabam muitas vezes negando informações aos usuários e desconhecendo leis vigentes que garantem esse direito.

A utilização das mídias sociais, cada vez mais frequente pela população também deve ser mais explorada pelos profissionais da informação, pois se mostra um ambiente acessível, de fácil utilização e de grande poder de difusão informacional.

4. ACERVOS DA CABANAGEM EM ARQUIVOS PERMANENTES EM BELÉM: DIFUSÃO E ACESSO

Apesar do relativo desconhecimento social sobre a Cabanagem, existem diversos documentos alusivos a este movimento, custodiados por arquivos permanentes em determinadas instituições. No contexto da presente pesquisa, identificamos nos quatro arquivos selecionados para consulta a presença de documentos em diferentes suportes e características: papel, museológico e fotográfico, em distintos estados de conservação. A seguir, apresentamos as evidências produzidas e analisadas pela pesquisa junto aos acervos de cada instituição visitada.

4.1 FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ – FCP

A Fundação Cultural do Estado do Pará – FCP, de acordo com as informações contidas no website, é uma instituição⁶ voltada a missão de fomentar, preservar e difundir os bens comuns da região, buscando dar acesso a esses meios de informação através de atividades de ensino, pesquisa, extensão e experimentos, de forma a excitar e divulgar os meios culturais. Sediada em Belém, a fundação tem alcance em todas as regiões de estados através de seus projetos de expansão do conhecimento.

Suas atividades são divididas em quatro grandes vertentes: Formação, que oferece cursos e oficinas de iniciação voltados para a formação artísticas; Leitura e informação, cursos e programações direcionados ao universo da leitura em bibliotecas e pesquisas em outros suportes de informações; Incentivo à Cultura, em formas de editais, prêmios, financiamentos e leis de incentivos para a prática e produção artística; Programação e eventos, programação artístico-cultural em seus prédios e espaços.

Além do prédio sede, a fundação também conta com mais quatro prédios, o Núcleo de Oficinas Curro Velho, a Casa da Linguagem, a Casa das Artes e o Teatro Experimental Waldemar Henrique, todos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional – IPHAN. Esses prédios também têm o propósito de difusão e acesso ao conhecimento junto a promoção dos bens artísticos e culturais.

⁶ As informações referentes ao histórico desta Instituição foram retiradas do site: <http://www.fcp.pa.gov.br>

Já o prédio-sede é o local onde comporta o maior número de seções voltadas ao acesso a informações através da leitura. O local é contemplado com a Biblioteca Pública Arthur Vianna – BPAV, criada há mais de 146 anos, ela tem como missão promover o acesso a informação, promover os bens culturais em uma perspectiva de promover as memórias culturais do estado. Seu acervo é dividido conforme o tipo e suporte do documento, dividindo-se assim nas seções de Obras Raras, a Seção Braille, a Seção de Obras do Pará, a Fonoteca Satyro de Mello, a Hemeroteca, a Gibiteca e a Brinquedoteca.

Em visita a esta instituição, tive o objetivo de identificar os documentos alusivos à Cabanagem, ou documentos do período do movimento que permitisse ao pesquisador estudar o contexto do fato. Os dados obtidos foram que o local possui fontes históricas que remetem a Cabanagem e seu contexto, porém, o seu acervo não é detentor de documentos avulsos. As fontes de informação existentes no local foram transferidas do Arquivo Público do Estado do Pará no momento de separação entre Arquivo e Biblioteca no ano de 1986.

O local então possui como fontes históricas do período: livros, jornais e recortes referentes à Cabanagem, esses acervos encontram-se arquivados em diferentes seções da Instituição. Os Jornais existentes no acervo estão em sua maioria microfilmados e disponíveis para consulta na Seção de Microfilmes no 3º andar, os livros encontram-se na seção de Obras do Pará no 3º andar e os recortes de jornais estão localizados no 2º andar na seção de Hemeroteca. Todo esse acervo está à disposição do pesquisador sem a necessidade de agendamento prévio ou utilização de documentos que solicitem autorização para pesquisa.

A FCP é custodiadora da primeira edição do jornal “O Paraense” de 1822, considerado o primeiro jornal a ser editado e impresso na província do Grão-Pará. Esse jornal teve grande influência nos debates que antecederam a revolta dos cabanos, tendo em conta que um dos seus diretores e editores foi o cônego Batista Campos, que desde as primeiras edições do jornal adota uma visão nacionalista e liberal. Foi sob a gestão de Batista Campos que o periódico passou a entrar em conflito com o poder português, culminado no fim do jornal em 1823.

Os livros que fazem alusão ao movimento da Cabanagem pertencentes na FCP, encontram-se localizados na seção de Obras do Pará, no entanto, o pesquisador também tem a opção de acessar esses livros pelo Website da fundação, no campo de Acervos Digitais/Obras Raras/Livros, ao fazer uma pesquisa

do nome Cabanagem, a busca identifica quatro livros da primeira metade do séc. XX, que relembram os momentos de revolta, os bastidores e figuras centrais do conflito. Os livros encontram-se digitalizados para facilitar o acesso do usuário e manter a preservação dos originais.

As obras identificadas no acervo digital da fundação são: **Nos bastidores da Cabanagem**. De autoria de Ernesto Cruz, editado no ano de 1942; **A vida singular de Angelim: a Cabanagem**. De autoria de Dilke de Barbosa Rodrigues, editado no ano de [1936?]; **Marinha imperial versus Cabanagem**. De autoria de Lucas Alexandre Boiteux, editado no ano de 1943; **A Cabanagem. Belém**. De autoria de Jorge Hurley, editado no ano de 1936.

A Biblioteca Pública Arthur Vianna, também guarda em seu acervo o livro *Motins Políticos – Ou Histórias dos principais acontecimentos políticos da província do Pará, desde o ano de 1821 até 1835*. O livro está disponível em seus três volumes e é considerado a primeira obra literária que abordou o tema Cabanagem. Seu autor Domingos Antônio Raiol, ou o Barão do Guajará (1830 – 1912) presenciou de perto o momento da revolta dos cabanos e em sua obra ele carrega uma interpretação que torna a Cabanagem um movimento de anarquia.

Outra atividade desempenhada na Fundação e que contempla o pesquisador que está em busca de uma pesquisa rápida sobre o movimento cabano, é a seção da Hemeroteca onde se encontra uma grande coleção de recortes de jornais. Com o objetivo de manter viva a memória e disponibilizar o conhecimento para as futuras gerações acerca da Cabanagem, a seção busca nos editoriais da região e recorta todas as informações que vem sendo noticiadas sobre o tema. Atualmente os recortes encontrados datam do período de 1939 a 2016.

Existem duas pastas identificadas com os nomes Cabanagem – História/PA I e II, a primeira possuindo 47 recortes que vão do ano de 1939 a 1999, e a segunda possui 9 recortes do período de 2000 a 2016. Sendo diversificado os veículos de comunicações de onde foram extraídos como: O Liberal, Diário do Pará, Folha Vespertina, Folha do Norte, A Província do Pará e Para Todos. Contemplam também informações diversificadas, como a participação de padres junto ao movimento cabano, à tomada e retomada da Vila de Oeiras, à associação entre a Cabanagem e o Comunismo, as homenagens ao Marechal Andréa, repressor do movimento, à construção e o abandono do monumento em homenagem a

Cabanagem, e um recorte que traz informações dos locais ontem os principais líderes cabanos estão sepultados.

Desta forma, permite-se concluir que a Instituição é detentora de uma grande fonte de pesquisa que nos ajuda a compreender e obter novas interpretações sobre o movimento cabano. As políticas de acesso do local permitem ao pesquisador o direito de poder consultar qualquer documentação sem questões burocráticas. As práticas de difusão do tema Cabanagem identificadas na fundação, foram a permissão que o pesquisador tem de acessar os livros através do Website, já as coleções de recortes de jornais que é produzida sobre o tema cabano na fundação, não tem um amplo poder de difusão, pois encontra-se disponível apenas no local aguardando o interesse do pesquisador.

4.2 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DO PARÁ - IHGP

O Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, conforme informações contidas no seu website, passou por diferentes fases desde sua inauguração em 03 de maio de 1900, na sua primeira fase de existência era denominado de Instituto Histórico⁷, Geográfico e Etnológico do Pará, a segunda fase então é marcada pela retirada do vocábulo “Etnográfico” encerrando-se na década de 1960. Nessa década, se inicia a terceira fase onde se faz uma profunda reorganização da infraestrutura e funcionamento. Na década de 1990, a quarta fase, reformas não só do prédio sede, mas também o início de um novo ciclo onde o instituto tem a preocupação de exercer melhor sua missão de ser divulgadora do conhecimento e aberta ao público, hoje o IHGP vive sua quinta fase.

O IHGP surge em 1900, denominando-se Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico do Pará. Naquele contexto, a sua criação esteve vinculada às comemorações do aniversário de 400 anos do descobrimento do Brasil. A sua comissão de fundação foi presidida pelo então vice-governador do Estado Gentil Bittencourt, também contando com a participação de Barões de Guajará e de Marajó que contava com nomes como Emílio Goeldi, Justo Chermont, Arthur Vianna entre outros. Seu primeiro presidente foi Domingos Antônio Raiol, Barão de Guajará. A primeira fase também foi responsável pelo lançamento da revista do instituto.

⁷ As informações referentes ao histórico desta Instituição foram retiradas do site: <http://ihgp.net.br>

Na sua primeira fase o instituto não foi promissor e logo teve suas funções desarticuladas. Porém, em 1917, em função da comemoração do centenário da revolução pernambucana de 1817 na data de 6 de maio, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP é fundado sem o vocábulo Etnográfico. Mesmo com a participação de membros da antiga gestão, o Instituto se caracterizava como novo, sem relações com o antigo, adotando o 6 de maio como a data de sua fundação. Nessa fase, o Instituto também fez o lançamento de sua revista e ganhou sua sede, uma construção do início do séc. XIX, que já havia pertencido a Domingos Antônio Raiol, Barão de Guajará.

A terceira fase do Instituto que se iniciou na década de 1960, é marcada por fortes reformas no estatuto do IHGP e a criação do regimento interno. Nesse período retornam as discussões sobre o reconhecimento do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico do Pará e sua data de fundação como sendo a data de fundação do Instituto, ficando essa proposta aprovada por maioria dos associados em assembleia. Entre outras realizações dessa época está o retorno das publicações de revista pelo Instituto, que neste momento, passa a ser confeccionada na gráfica da UFPA.

A quarta fase começa com a eleição para a nova presidência, que irá presidir o instituto no período de 1998 a 2001, essa fase também é marcada por reformas nos estatutos e regimento interno, nova forma de ingresso de associados e a cobrança de mensalidade com o intuito de arrecadar recursos para ajudar na manutenção do instituto. O início de uma reforma no prédio também aconteceu nessa ocasião, resultado da celebração de convenio com a Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL, e a colaboração financeira dos sócios.

Por fim, a quinta e atual fase do instituto tem início em 2011, e se caracteriza pela revitalização dos elementos fundamentais que regem o IHGP, além da reorganização e restauração do acervo documental. Os convênios e patrocínios financeiros da empresa de equipamentos eletroeletrônicos Sol Informática e da embaixada dos Estados Unidos da América, ajudaram na restauração do mobiliário do instituto como também em parte da restauração do acervo documental, iconográfico e fotográfico, permitindo dessa forma o acesso de pesquisadores para o cumprimento da função social do instituto.

Em visita ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará - IHGP, fui recebido pela Bibliotecária e especialista em Arquivologia Ana Negrão do Espírito Santo, voluntária

e responsável pelo acervo do arquivo Palma Muniz, local de guarda da maioria dos documentos hoje em custódia no instituto. A responsável começou a ter atuação dentro do IHGP no ano de 1996, quando participou do projeto de organização do acervo documental, que passou pelos processos de higienização, identificação e organização dos diversos fundos e séries documentais.

De acordo com as informações da servidora, o acervo documental do instituto foi formado com base em repasses e doações, sendo o antigo Arquivo Municipal e os associados do IGHP os maiores responsáveis pela sua formação. Existe no acervo do arquivo Palma Muniz, um fundo contendo atas de reuniões da Câmara Municipal de Belém, com o corte cronológico datado de 1829 a 1891. Sendo a Cabanagem um ocorrido que aqueceu os debates dos parlamentares da província paraense e causou grande preocupação na Corte. Acredita-se que as atas correspondentes ao período contenham informações sobre o movimento.

No que se refere à difusão e acesso verificou-se a proibição do acesso e manuseio por parte dos pesquisadores, devido ao adiantado estado de deterioração em que se encontram os documentos. Dessa forma, o Instituto no momento carece de um projeto de restauração e digitalização para melhor atender a quem deseja ter pleno acesso as informações. No entanto, o IHGP desde sua fundação no ano de 1900, encontrou meios de divulgação de trabalhos científicos de seus associados e outros autores, esses trabalhos são publicados na revista do instituto que teve o seu primeiro volume no ano de 1900.

O instituto atualmente dispõe de um Website que contém informações institucionais, de associados, do arquivo Palma Muniz, de acesso do usuário aos documentos, entre outras informações. Também conta com o acervo das revistas publicadas ao longo da história do IHGP. Algumas dessas revistas encontra-se digitalizadas e disponíveis para download. No total identificou-se 27 revistas publicadas em diferentes momentos, sendo 18 delas divididas no período de 1900-1970 e 9 editadas mais recentemente (2014-2018). Nelas é possível identificar trabalhos que abordam direta e/ou indiretamente o tema Cabanagem, demonstrando como os cabanos interferiram em diversos setores da sociedade.

No Vol. I do ano de 1900, encontra-se na folha 19, um trabalho com a autoria de Bento ARANHA, denominado de “**SCENAS DA CABANAGEM NO AMAZONAS (PROVÍNCIA DO GRAM-PARÁ)**”. Que se refere a interferência dos cabanos no Amazonas. Relatando a leitura de dois comunicados a Villa de Teffé, sendo o

primeiro do chefe dos cabanos em 1835, Eduardo Francisco Nogueira Angelim com o presidente em exercício da Villa de Teffé e o outro contendo informações de que a capital da província tinha voltado à legalidade e tendo grande parte dos cabanos fugido para o interior.

Em outra revista de Volume II, do ano de 1918, folha 103, o trabalho que contém o título “**A SAMAUMEIRA**” escrito na localidade de Cametá, em outubro de 1917, na autoria de Raymundo Cordeiro. Narra a heroica resistência da população da vila de Cametá, para onde muitas famílias de Belém fugiram durante o período de revolta em 1835, a proteção da vila que foi feita através da construção de fortes trincheiras de madeira, além da precipitada descoberta do plano cabano de invasão da localidade.

Outros trabalhos localizados foram o do volume II, do ano de 1920, intitulado “**EVOLUÇÃO DA MEDICINA NO PARÁ**” de autoria do Dr. Penna Carvalho. Que em uma passagem no ano de 1835, relata a instalação de uma enfermaria na fazenda de Sant’ Anna, no Marajó, que tinha o único objetivo de atender os doentes da força legalista em batalha. Também no volume V, do ano de 1926, encontra-se na folha 116, o trabalho denominado “**A PRIMEIRA LOJA MAÇÔNICA NO PARÁ**” onde narra a inauguração e a depredação da loja pelos cabanos na noite da revolta.

Das 27 revistas identificadas no site do instituto, diversos artigos que tratam o tema Cabanagem foram indentificados, o que nos permite acreditar que uma investigação minuciosa poderá dar frutos de novas descobertas de fontes para estudo do movimento cabano. O instituto também promove uma série de palestras com programações semestrais, porém, no momento não foram identificados trabalhos que tratassem diretamente sobre movimento cabano.

Os dados obtidos sobre acesso e difusão no IHGP, nos permite concluir que o Instituto, possibilita acesso ao pesquisador mediante a um agendamento prévio, mas não omite acesso ao pesquisado do seu acervo que esteja disponível para consulta. O instituto também promove programações de palestras, porém, não foram identificados temas referentes a Cabanagem. A difusão editorial é identificada na forma das revistas produzidas desde sua fundação, nelas foram identificados vários trabalhos alusivos ao movimento cabano e os momentos conturbados do período. Essas mesmas revistas estão disponíveis ao pesquisador digitalizadas no Website do Instituto, demonstrando o interesse de ampliar o poder de difusão.

4.3 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – APEP

O Arquivo Público do Estado do Pará - APEP surgiu a partir de 1894 com a incorporação do acervo da Secretaria da Capitania do Governo (XVII – XIX) e da Biblioteca Pública do Pará (Lei Estadual nº 164 de 31/05/1894). Entretanto, foi inaugurado apenas em 1901, por meio do Decreto nº 996 de 16 de abril de 1901, na gestão do Governador Augusto Montenegro. Nasceu com o desafio de realizar o tratamento técnico, o recolhimento, a preservação e divulgação do patrimônio documental do Estado do Pará como também a garantia plena do direito de acesso à informação.

Antes da criação de uma Instituição que pudesse reunir e tratar das documentações produzidas pelas repartições públicas locais, já se verificava a necessidade de haver um local para a reunir esses acervos, como indica Batista; Torii (2018, p. 551) em:

Numa ata de 30 de agosto de 1885, publicada no jornal O Agrário, sugeria-se que a associação Agrícola ficasse com os documentos da Comissão de Colonização, que estava responsável pelos serviços de imigração de estrangeiros e nacionais. Esse pedido se deu em função de não haver um arquivo público com que pudesse ser depositada a documentação pública (O AGRÁRIO, 1 out. 1885, p. 2). O objetivo principal da notícia não era a sugestão de se criar de um arquivo público para a província, com todos os benefícios dos desdobramentos técnicos e metodológicos, mas é incontestável que há uma clara evidência da necessidade de fundação de uma instituição que ficaria responsável por um acervo importante como o da Comissão de Colonização.

Com a então criação do Arquivo Público do Estado do Pará ele passou a custodiar documentos com informações acerca das relações políticas, sociais, culturais e ambientais do Pará, entre os anos de 1649 a 1980. Segundo Torii (2015 p. 2), o acervo do Arquivo Público do Estado do Pará:

É composto por aproximadamente quatro milhões de documentos, dispostos em quase 1.760 metros lineares, entre avulsos, códices, encadernados, textuais (impressos e manuscritos) e iconográficos, que abrangem o espaço de tempo entre os séculos XVII e XX.

A organização do APEP divide-se em três grandes divisões documentais: Judiciário, Legislativo, Executivo. A documentação está separada da seguinte maneira, segundo Torii (2015, p. 2):

- Documentos do judiciário: Documentos transferidos de alguns cartórios e juízos judiciais do Estado do Pará, da qual abrange os séculos XIX e XX. Dentre as espécies documentais encontram-se inventários, autos diversos, certidões de casamento, nascimento, óbito, mandatos judiciais, inquéritos, escrituras, testamentos, cartas de alforria. Esta parte do acervo tem aproximadamente 171 metros lineares;
- Documentos do legislativo: Documentos reunidos do Poder Legislativo, que abrangem projetos de leis, leis, atas, ofícios, atestados, prestação de contas, requerimentos, decretos, pareceres, portarias. Documentos dos séculos XIX e XX, com aproximadamente 20 metros lineares;
- Documentos do executivo: Parte do acervo com maior número de metragem, aproximadamente 1.568 metros lineares, e que reúne documentos relacionados e produzidos pela administração do governo na região ao longo do tempo. Possui documentos dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, ou seja, do período Colonial, Imperial e Republicano do Brasil.

Além do APEP salvaguardar mais de quatro milhões de documentos, possuem ainda, documentos referentes às áreas limite ao atual Estado do Pará, abrangendo os países que têm a floresta amazônica em seu território. O prédio-sede do Arquivo Público do Estado do Pará, foi fechado para a reforma do prédio de estilo neoclássico datado de 1884, por conta de problemas estruturais que estavam comprometendo a integridade física do espaço, como infiltrações e mau funcionamento da parte elétrica. Durante o período da reforma, o acervo foi colocado à disposição do público em um prédio cedido pela Assembleia Legislativa do Pará - ALEPA. Após três anos de obras, o Arquivo foi inaugurado em 2017. Voltando ao seu prédio-sede, localizado Travessa Campos Sales, no Bairro do Comércio.

A Instituição é a maior detentora dos documentos alusivos ao período do Brasil colônia e império da região e conseqüentemente é também a que possui o maior acervo relacionado a Cabanagem. Atualmente o local é dirigido pelo historiador formado pela Universidade Federal do Pará, Leonardo da Silva Torii, servidor do Arquivo Público desde dezembro de 2007, atualmente exercendo o cargo de diretor do APEP.

A documentação presente no arquivo começou a ser reunida no ano de 1894, quando o então governador solicitou a biblioteca pública que fizesse o recolhimento

dos documentos que estavam depositados na Secretaria do Governo naquele período. Esses documentos são referentes em grande parte à administração pública da região, nos períodos colônia e império. No ano de 1901, com criação do Arquivo e Biblioteca a documentação passa a pertencer ao arquivo e começa a receber seus primeiros tratamentos.

A organização do acervo documental da instituição está disposta em fundos e séries, identificando o produtor e as espécies documentais das informações. O fundo onde se encontra os documentos referentes à Cabanagem, pertence a antiga Secretaria da Presidência da Província, repartição pública que na época abrigava o presidente desta província e de onde era tomada a principais decisões administrativas. As séries estão divididas conforme as espécies documentais identificadas como: Correspondências, cartas, avisos, relações nominais, ofícios etc.

Identifica-se no período referente ao movimento cabano de 1835 a 1840, diversas séries documentais que registram os momentos de tensão e conflitos ocorridos como, por exemplo, no ano de 1836, que se identifica a série de relações nominais dos rebeldes presos, essa relação também é encontrada no ano de 1840. Outras espécies são, ofícios dos comandantes militares, correspondências do presidente Andréa, avisos do ministério da marinha, entre outros. Porém grande parte dessa documentação encontra-se indisponível dado ao grau de deterioração em que eles se encontram.

O principal meio de difusão identificado no APEP sobre o acervo documental cabano, são os dois anais produzidos pelo arquivo em parceria com a Secretaria de Cultura – SECULT/PA, nos anos de 2001 e 2004. Trata-se de dois catálogos seletivos que identificam parte da documentação sobre a Cabanagem pertencente no Arquivo, esses catálogos além de ser um importante instrumento de pesquisa para quem pretende realizar buscas de referências sobre o movimento, também conta com artigos do tema Cabanagem e a ciência arquivística.

Outro meio de difusão identificado no APEP é a prática de programação de palestras, o “arquivo de portas abertas” que funciona aos sábados na Instituição, tem o propósito de ceder o espaço para pesquisadores apresentar trabalhos científicos para um público em geral. Para os próximos anos existe a ideia do desenvolvimento de visitas guiadas para alunos do ensino fundamental e médio das redes pública e privada com algumas linhas de pesquisa específicas escolhidas previamente como, resistência negra e Cabanagem.

O acesso do pesquisador ao acervo custodiado pelo APEP não necessita de agendamento prévio ou de documentação solicitando a autorização para pesquisas. O local funciona de segunda à sexta das 08h às 13h. Para pesquisa com os documentos alusivos à Cabanagem, o local também dispõe de uma parte dos documentos microfilmados e uma máquina de leitura de microfilmes, possibilitando desta forma, mais uma opção de acesso.

Para uma melhor prática de acesso e difusão das informações, a Instituição acredita hoje que necessita de um amplo projeto para digitalização de seu acervo e a possibilidade de voltar a contar com seu Website desativado desde o ano de 2016. O diretor do arquivo indicou que esse processo além de aumentar o poder de difusão, possibilitando futuramente a disponibilização dessas informações em espaços virtuais, também trará benefícios com os processos de restauração e preservação que os documentos passariam antes da digitalização. O diretor explicou ainda, que o fato da Cabanagem ter sido um acontecimento de grande relevância, seus documentos já foram muito manuseados e hoje se encontram em sua maioria em péssimos estado de conservação.

As informações do Arquivo Público nos permitem então concluir que a Instituição promove acesso ao seu acervo de forma bem satisfatória, permitindo que o usuário do local possa promover sua pesquisa de segunda a sexta no horário de funcionamentos. Busca da melhor forma se enquadrar nas legislações existente que garante ao usuário o pleno acesso a informações. A Instituição promove programações de palestras no seu ambiente, mas não foram identificados temas alusivos à Cabanagem. A difusão editorial, foi identificada por meio dos Anais do Arquivo Público do Pará, neles o movimento cabano recebeu uma atenção especial, pelas edições do ano de 2001 e 2004 que tem exclusividade sobre o tema.

4.4 CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA – CMA

O Centro de Memória da Amazônia – CMA, de acordo com as informações contidas no seu website identifica-se⁸ como uma Instituição que viabiliza ao pesquisador acesso a documentos que possibilitam novas interpretações sobre o passado da região. Foi criada em 31 de janeiro de 2007, fruto de um convênio

⁸ As informações referentes ao histórico desta Instituição foram retiradas do site: <https://www.cma.ufpa.br>

firmado entre a Universidade Federal do Pará – UFPA e o Tribunal de Justiça do Estado – TJE/PA. O local funciona hoje no antigo prédio que servia de gráfica e editora da universidade.

O acervo documental do CMA originalmente foi composto apenas de documentos judiciais e divididos em fundos de processos cível e criminal da capital e comarcas dos interiores, séries e subséries que identificam o local de abertura do processo e o tipo do documento, porém, hoje o local já conta com diversos fundos de diferentes temáticas. Os documentos datam do ano de 1785 até a década de 70 do século XX, o local também contém biblioteca, seção de Obras Raras, Hemeroteca e Mapoteca. Tem o seu acervo disponível para consulta e pesquisa de segunda à sexta, das 09:00h até às 16:30h.

O CMA possui de um Website que atualmente encontra-se em construção, mas que já disponibiliza informação relevantes que auxiliam o pesquisador a ter noções básicas do que o local dispõe e proporciona. O centro também promove ciclos de palestras e visitas guiadas tendo o intuito da aproximação entre a comunidade e o local. Desde sua criação o local tem a preocupação de proporcionar a função social deste acervo, articulando e idealizando ações de ensino e pesquisa que buscam a viabilizar ao pesquisador novas interpretações do passado da região amazônica.

Em busca de documentos alusivos à Cabanagem, a busca no catálogo que contém informações sobre o conteúdo documental do local foi direcionada para o período de 1835 a 1840, no catálogo voltado as varas criminais da capital, não foram identificados nenhuma documentação referente ao período. No catálogo de varas cíveis da capital, foram observados documentos do período como: Inventários, prestações de contas, Execuções penais, justificativas, embargos, petições e diversos. Porém, ao analisar uma caixa com documentos referentes ao período, foi observado que a condições físicas dos documentos não estão adequadas ao manuseio do pesquisador, por questões de fragilidade.

Por fim, a documentação custodiada pelo CMA hoje, ainda está passando por um processo de identificações dos seus assuntos e seus catálogos ainda se encontram em constantes atualizações. Como local de memória o local possui um rico acervo que recentemente começou a ser explorado e que ainda tem muito a contribuir na formação da memória social da região amazônica. No entanto, para os fins desta pesquisa, como mencionado acima, infelizmente não foram encontrados registros documentais alusivos ao contexto da Cabanagem. Não se pode descartar,

porém, a possibilidade de que tais registros se encontrem entre os documentos atualmente não passíveis de manuseio devido a seu estado de deterioração.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho conseguiu atingir o seu propósito que foi o de analisar os acervos documentais custodiados em quatro instituições de memórias localizadas na cidade de Belém/PA. Verificando os documentos alusivos ao tema da Cabanagem pertencentes em cada um destes locais, identificando seus gêneros e tipos documentais, o acesso que esses lugares proporcionam ao pesquisador e compreender se há práticas de difusão das informações sobre os documentos cabanos, verificando desta forma, a colaboração que cada um destes locais fornece para a construção da memória deste fato social.

Um importante fator identificado durante a pesquisa, é a urgência que grande parte da documentação dos períodos anteriores ao séc. XX necessitam de um projeto de restauração e de digitalização. Os documentos alusivos à Cabanagem sob custódia do Arquivo Público do Estado do Pará, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e do Centro de Memória da Amazônia encontram-se em grande parte indisponíveis ao usuário, justamente por conta de seu estado físico que não permitirem o manuseio atualmente. A Cabanagem, por ter sido um acontecimento de grande relevância no cenário regional e nacional, teve seus documentos muito manuseados ao passar dos anos, prejudicando bastante o seu estado físico. Assim, há necessidade da digitalização dessa documentação, visando a preservação dos originais.

Por fim, outro ponto observado nos locais de pesquisa, foi a ausência de profissionais graduados em Arquivologia, o que demonstra a ainda frágil inserção desses profissionais no mercado de trabalho da nossa região e o longo caminho que ainda precisa ser percorrido. Porém, mesmo não possuindo profissionais arquivistas atuando na gestão desses documentos, sendo esses tratados em sua maioria por historiadores e bibliotecários, atende-se bem a necessidades dos usuários, procura-se se adequar cada vez mais às legislações que definem a liberdade de acesso as informações, cumprindo dessa forma a função social de um arquivo permanente, desenvolvendo práticas de acesso e difusão do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BATISTA, Iane Maria da Silva; TORII, Leonardo da Silva. **Entre a administração e a memória: notas sobre o Arquivo Público do Estado do Pará (1894-1906)**. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 8., 2018, João Pessoa. Anais eletrônicos... Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 547-562, out. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes - tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERNANDES, Cássia Peregrina. **Metodologias utilizadas em estudos de usuários em arquivos**. 2012. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso de Arquivologia, Departamento de Ciência da Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LOUSADA, Mariana; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo; VALENTIM, Marta. **Mediação da informação orgânica sob a perspectiva do processo decisório empresarial: análise do papel do arquivista**. Revista EDICIC, v.1, n.3, p.248-262, jul. /Sep. 2011.

MACHADO, André Roberto de A. **As interpretações dos contemporâneos sobre as causas da Cabanagem e o papel do parlamento**. Rev. Hist. (São Paulo) [online]. 2016, n.175, pp.281-317.

MENESES, U. B. de. **O patrimônio cultural entre o público e o privado**. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal da Cultura/Prefeitura do Município de São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, V. R. (2008). **Desmitificando a pesquisa científica**. Belém: EDUFPA.

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**. Tempo [online]. 2007, vol.11, n.22, pp.5-30.

ROBERT, Jean-Claude. **Les rapports entre l'histoire e l'archivistique**. In: La place de l'archivistique dans la gestion de l'information: perspectives de recherche. Montreal: Université de Montreal, 1990.

ROCKEMBACH, Moisés. **Difusão em arquivos: Uma função Arquivística, informacional e comunicacional**. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan. /jun., 2015.

TORII, Leonardo da Silva. **O guardião da memória do estado do Pará: acesso à informação e política na criação do arquivo público do estado do Pará (1894-1906)**.

Tese (Mestrado em História Social da Amazônia). Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016, 112 fls.

UNESCO (2009). **Education/Literacy**. Disponível em:
<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000188644>>